

A contribuição da Rio+5

Durante os últimos dias estivemos acompanhando, com a atenção que a importância do assunto impõe, o noticiário do desenrolar da Rio+5, conferência de âmbito mundial sobre meio ambiente e desenvolvimento auto-sustentado, convocada para avaliar os resultados obtidos nos cinco anos que transcorreram desde a realização da Rio-92.

Creemos que é desnecessário enfatizar para os nossos leitores a fundamental importância estratégica desse grande evento e dos temas ali debatidos, para o futuro do planeta e da própria espécie humana, pois ela pode ser resumida no seguinte: ou nos conscientizamos definitivamente do imperativo de preservar a natureza e passamos a nos comportar de acordo, ou seja, pautando nossas atividades econômicas pelo respeito às limitações que ela apresenta, ou caminhamos, não propriamente para a destruição do planeta, que, afinal, é indestrutível, mas para a extinção da nossa espécie e da vida em geral.

Não é possível, portanto, menosprezar ou negligenciar o assunto, uma vez que significaria suicídio coletivo. E nem conforta a idéia de que isso seria remoto no tempo, pois os ataques à natureza aceleraram-se extraordinariamente nos últimos 150 anos. Antes disso, a capacidade humana de mudar a natureza era proporcional à capacidade desta de adaptar-se e recuperar-se. Foi o desenvolvimento explosivo das tecnologias de produção em larga escala e o aumento também explosivo da população humana

e de suas necessidades que tornaram maciças as agressões ao meio ambiente.

Assim, do machado à motosserra, da pesca com anzol à dinamite, da navegação a vela aos navios nucleares, do cavalo à Fórmula 1, os meios de agressão e de deterioração ambiental tiveram um salto quantitativo colossal e a velocidade da destruição multiplicou-se astronômica-mente. Foi, portanto, o instinto de sobrevivência que nos advertiu da ameaça e que nos

O importante na batalha ambiental é o incremento cumulativo da conscientização

mobiliza em busca de soluções.

Técnicos, autoridades e ambientalistas em geral que se reuniram agora indignaram-se com o pouco

progresso obtido desde a Rio-92 e com a displacência dos governos dos países ricos em cumprir o compromisso então assumido de destinar pelo menos 0,7% do seu PIB aos países pobres e de fazer valer as convenções que assinaram para proteger o clima do planeta e a biodiversidade. É de pasmar o paradoxo de exigirem do mundo subdesenvolvido, para aprovação de financiamentos, plena proteção ao meio ambiente, como faz o Banco Mundial, e não cumprirem a parte que lhes foi confiada e com a qual concordaram no programa internacional em marcha. É admirável que as sociedades dos países ricos, supostamente mais educadas, mais informadas e certamente mais sensibilizadas pelas campanhas da sua imprensa, não se mobi-

lizem para forçar seus governos a cumprir suas obrigações internacionais no assunto. E continuam importando de países pobres produtos que implicam destruição ambiental.

O texto da Carta da Terra, aprovado na conferência, é importante como declaração de princípios gerais, que ninguém pode criticar e que todos nós assinaríamos sem titubear. Seu objetivo é balizar políticas de governos e ações concretas das comunidades, das empresas, das ONGs, e, em última instância, de cada um de nós. Mas é preciso que haja políticas e ações efetivas, as quais exigem planejamento, financiamentos, recursos humanos, equipamentos, boa vontade e, sobretudo, muito, mas muito espírito público da sociedade como um todo e não apenas dos governos.

É este último fator que, em nossa opinião, tem tido vigoroso incremento nas últimas décadas e, principalmente, entre as jovens gerações, com amplo apoio da imprensa. É ele que será decisivo para impulsionar as lideranças políticas, empresariais, culturais e sociais na mesma direção, com base, inclusive, nas informações, análises e estudos propiciados por eventos como a Rio+5. Portanto, apesar de algumas avaliações pouco animadoras, a contribuição do conclave não deve ser menosprezada, pois trata-se de formar uma corrente cumulativa de conscientização que acabará elevando a questão ambiental à posição de destaque na hierarquia das prioridades dos responsáveis pela condução dos assuntos humanos. ■

SM
20/3/97

A-2